

## NOVA ORDEM MUNDIAL DO SÉCULO XXI METAMORFOSES DO CAPITAL E DO ESTADO

**Rose Menchise**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Diogo Menchise Ferreira**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as mudanças estruturais, de cunho econômico e político, ocorridas no capitalismo para recuperar o seu ciclo reprodutivo e repor seu projeto dominante. O capitalismo do século XXI não nega sua origem conceitual, na qual envolveu profundas transformações na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política. Hoje o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado, o qual foi capturado por forças supraestatais globais, que operam num “espaço de fluxos” politicamente incontrolável. Analisaremos a soberania dos Estados Nacionais e as metamorfoses do Estado e do Capital para a reprodução do mais valor. Os Estados com democracia burguesa estão nos jogos finais da soberania.

**Palavras-chave:** Metamorfoses do Capital e do Estado. Soberania dos Estados Nacionais.

## NEW WORLD ORDER OF 21<sup>st</sup> CENTURY CAPITAL'S AND STATE'S METAMORPHOSES

### ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the structural and economic changes that have taken place in capitalism to recover their reproductive cycle and restore their dominant project. The capitalism of the 21st century does not deny its conceptual origin, in which it involved profound transformations in its form of organization and economic, social and political action. Today the state has been expropriated from a large and growing portion of its former imputed power, which has been captured by supra-global forces operating in a politically uncontrollable "flow space." We will analyze the sovereignty of the National States and the metamorphoses of the State and Capital for the reproduction of the most value. States with bourgeois democracy are in the final games of sovereignty.

**Keywords:** Metamorphoses of Capital and State. Sovereignty of National States.

## INTRODUÇÃO

Estamos vivendo atualmente no Brasil um dos momentos mais críticos e dramáticos da nossa história, que vai além de uma crise política aguda, pois, também, estamos mergulhados numa crise social que aprofunda ainda mais esse país tão desigual, que se expressa, cada vez mais, na concentração de riquezas.

A crise social no mundo aguça e exacerba contradições que podem impulsionar a luta contra o capitalismo. Neste trabalho procuramos fundamentar o desafio de compreender o capitalismo no século XXI, com sua alta concentração de capital financeiro e a soberania dos países. Estamos nos jogos finais da soberania? Quais os jogos que estão sendo jogados?

A pesquisa está entremeada de um retorno aos grandes clássicos do pensamento crítico, em especial Marx (1971), Lenin (1945). Procuramos compreender o contexto histórico, no qual conceitos fundamentais do marxismo foram elaborados e evitar aplicá-los de maneira mecânica aos processos históricos atuais. Também incluímos outros autores como Virginia Fontes (2010), Ernest Kantorowicz (1998), Eric Santner (1997), Anibal Quijano (1992), Carlos Walter Porto Gonçalves, Slavoj Žižek, Alan Badiou e outros.

Esse momento atual de crise evidencia a urgência da retomada destes clássicos, de maneira a permitir o entendimento da expansão do capitalismo, principalmente, através do movimento do capital portador de juros que, contraditoriamente, afasta-se da produção de mais-valor e a impulsiona de outras formas, assim como promove novos e profundos processos de expropriação.

Entretanto, mais de 100 anos nos separam da obra do Lenin (1946) sobre o Estado, mas, mesmo assim, esta obra tornou-se fundamental para averiguar, já naquela época, a íntima relação da concentração dos capitais com o setor financeiro e suas expropriações. Entre esses clássicos, Marx (1971), Lenin (1946) e Gramsci (1999), existem momentos históricos diferentes do de hoje e o contexto expressa situações diversas, mas os seus trabalhos tiveram enorme impacto modificando a própria sociabilidade sob o capital.

O capitalismo do século XXI não nega sua origem conceitual, na qual envolveu profundas transformações na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política. A própria luta de classes, ora mais evidente, ora não tão evidente, também sofreu modificações, permanecendo a contradição essencial da dinâmica capitalista, a concentração, cada vez mais, do capital e a internacionalização da produção.

Violência e convencimento seguem conjugados na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (FONTES, 2010, p. 14). Nessas contradições adentra ao século XXI, sob uma grande crise, com enorme sofrimento social e agravamento das expropriações

que constituem sua condição de existência.

É com essa perspectiva que Virginia Fontes trabalha o tema, quando afirma:

As condições da luta de classes na sociedade civil no Brasil contemporâneo começam pela forma do Estado brasileiro e de sua repressão seletiva sobre as organizações de luta popular, ao mesmo tempo em que se nutre das entidades empresariais, fomentando-as. Esse crescimento de um exército de aparelhos privados de hegemonia que intentam um verdadeiro apagamento retórico das classes sociais, permitindo identificar a absorção - desigual e assimétrica - das condições sociopolíticas do capital-imperialismo, reproduzidas internamente. E como se disseminam internamente as várias formas de expropriação acopladas a um intenso apassivamento da classe trabalhadora (FONTES, 2010, p. 15).

Lenin, em 1916, no livro “*O imperialismo fase superior do capitalismo*”, afirma que o processo da concentração da produção em empresas cada vez maiores é extremamente rápido, e que essa concentração constitui uma das particularidades do capitalismo. A produção passa a ser social, porém a apropriação continua sendo privada. Os meios sociais de produção continuam sendo propriedade privada de reduzido número de indivíduos (LENIN, 1945, p.16).

Lenin já coloca a questão de empresas no imperialismo daquela época, guerras de ocupação de território (LENIN, 1945, p.16). Hoje, o fazem de outras maneiras, com as grandes empresas que concentram capital, se desmembrando em outras empresas, geralmente em médias e pequenas empresas com outros nomes e outras formas de acumulação do capital.

É com esse tema que Porto-Gonçalves diz:

A teoria do imperialismo de Lenin é, de certa forma, o capitalismo visto a partir da periferia russa, um dos principais fronts de expansão do capital, em que a Rússia se mostraria “o elo fraco”, como na famosa metáfora do Lenin. É na periferia do sistema mundo que conceitos como formação social e teorias como desenvolvimento desigual e combinado ganharão destaque, onde o nível abstrato de conceito de modo de produção se vê menos ideal-tipo e ganha o mundo mundano (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.4).

Ruy Mauro Marini (1973) e Theotônio dos Santos (2015), na Teoria da Dependência Marxista<sup>1</sup>, afirmam, também, ao estudar a periferia do sistema capitalista que ele se estrutura de forma desigual e combinada. Impõem aos países periféricos produtos que o capitalismo central precisa, como exportação de minério, petróleo, água e carne.

Para Zygmunt Bauman, a sociedade atual começa pela definição de “crise”. Ele afirma que, a crise enfrentada não é temporária, mas sinal de uma mudança profunda que envolve todo o sistema social e econômico e que terá efeitos de longa duração (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 7). Ele faz um debate vigoroso sobre as questões da sociedade líquida.<sup>2</sup>

Giovanni Arrighi diz:

---

<sup>1</sup>Teoria da Dependência Marxista:

<sup>2</sup>A sociedade atual pode ser classificada como modernidade líquida que seria a substituição do termo “pós-modernidade” em contraposição à modernidade sólida. A sociedade líquida não pensa a longo prazo.

Estamos mergulhados num “caos sistêmico”<sup>3</sup> e numa crise profunda de um padrão de larga duração. Ocorre que cada um dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação que fizeram a fortuna do Ocidente teve como premissa a formação de blocos territorialistas-capitalistas cada vez mais poderosos, compostos de organizações governamentais e empresariais dotadas de maior capacidade do que o bloco precedente para ampliar ou aprofundar o alcance espacial e funcional da economia mundial capitalista. A atual situação parece ser de tal ordem que esse processo evolutivo atingiu, ou estar prestes a atingir seus limites (ARRIGHI, 1996, p. 369).

Já para o sociólogo Carlo Bordoni, a crise do capitalismo hoje é financeira, ao passo que a crise de 1929 foi industrial. No momento atual dessa crise as teorias de Keynes não podem ser aplicadas. O pêndulo não pode se reiniciar (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 12). Quando uma crise acaba, outra entra em cena e toma seu lugar. Ou talvez se trate da mesma crise que alimenta a si mesma e muda com o tempo, transformando e regenerando a si própria como uma entidade teratogênica monstruosa (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. *Idem*: 15).

A crise de 1929 mostrava a visão de mercados fora de controle fazendo com que as fortunas evaporassem junto com os locais de trabalho. As vítimas do colapso da bolsa no final dos anos 1920 tinham poucas dúvidas quanto a onde procurar resgate: no Estado, claro; num Estado *forte*, forte a ponto de ser capaz de *forçar* as circunstâncias a coincidirem com sua vontade. O Estado equipado com os recursos indispensáveis à tarefa: o *poder*, isto é, a capacidade de levar coisas a cabo, e a *política*, a habilidade de decidir como as coisas devem ser feitas (BAUMAN e BORDONI, 2016: 17).

## 1. ESTADO SOCIAL

O modelo pós-westfaliano de Estado territorial onipotente, Estado-nação, Estado-soberano, saiu da guerra, mais expandido, reforçado e confiante de corresponder às ambições abrangentes do “Estado social”. Os gloriosos períodos do pós-guerra foram marcados pela crescente intenção de que todos os problemas sociais seriam resolvidos e de que as memórias recorrentes de pobreza e desemprego em massa seriam sepultadas.

Hoje o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado, o qual foi capturado por forças supraestatais globais, que operam num “espaço de fluxos” politicamente incontrolável (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 21). É a política assolada pelo *deficit* de poder e, portanto, também de coerção, que enfrenta o desafio de poderes emancipados de

---

<sup>3</sup>Uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Situação severa e aparentemente irremediável desorganização sistêmica. Ao mesmo tempo em que a competição e os conflitos intensificam-se além da capacidade regulatória das estruturas existentes, novas estruturas emergem enquanto desestabilizam a configuração de poder dominante. A desordem tende a tornar-se autorreforçadora, ameaçando provocar ou realmente provocando um completo colapso na organização do sistema (ARRIGHI e SIVER, 1999: 33).

controle político.

Como esclarece Bauman:

[...] a presente crise difere das suas precedentes históricas à medida que é vivida numa situação de divórcio entre poder e política. Para ele essa ausência vai continuar a paralisar a busca de solução viável até que poder e política se casem de novo. Contudo, parece que sob as condições de interdependência global, esse recasamento não é concebível no interior do Estado, por maior e mais bem-sucedido que ele possa ser (BAUMAN e BORDONI, 2016, p.: 22).

O poder estatal centralizado, característico da sociedade burguesa, surgiu na época da decadência do absolutismo. As instituições mais características desta máquina do Estado são duas: a burocracia e o exército permanente.

Em 1916, Lenin diz que o proletariado organizado como classe dominante necessita do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para esmagar a resistência dos exploradores, como para dirigir a enorme massa da população, os camponeses, a pequena burguesia, o semi-proletariado, na obra de “pôr em movimento” a economia socialista (LENIN, 1946, p. 30).

“O Estado, quer dizer, o proletariado organizado com a classe dominante”, é a tese de Marx<sup>4</sup> que se acha inseparavelmente vinculada a toda sua doutrina acerca da missão revolucionária do proletariado na história. O coroamento desta sua missão é a ditadura do proletariado.

Entretanto, o sociólogo Imanuel Wallerstein tem nos alertado para os dilemas que enfrentam os movimentos antissistêmicos, sobretudo depois dos anos 1960. Na década de 60 vários movimentos políticos se colocaram como antissistêmicos, ocupando o Estado centralizado: a social democracia, na maior parte dos países europeus; os comunistas, na Europa Oriental, na China e em Cuba e o nacionalismo revolucionário, em grande parte da Ásia, da África e na América Latina. A estratégia de conquista do Estado para, num segundo momento mudar a sociedade – a chamada estratégia dos “dois passos” (WALLERSTEIN, 2008).

Atualmente o capital não necessita tanto dos meios de produção (empresas físicas) para sua extração de valor. O capital está tão concentrado que os meios de produção ficam baratos. As fábricas saem de um local para outro sem grandes custos. A professora Virginia Fontes chama de fábrica inflável (FONTES, 2010). A Volkswagen saiu do ABC de São Paulo para o Estado do Rio de Janeiro como um passe de mágica. No serviço do Uber, da mesma forma, para se extrair valor, os custos dos meios de produção ficam com o trabalhador (carro e despesas de manutenção) e o grande capital fica com o cartão de crédito. As empresas multinacionais são muitas vezes maiores que alguns PIB do país.

---

<sup>4</sup>Estado e a Revolução, 1946: 34.

## 2. O ESTADO ABSOLUTISTA NA FORMAÇÃO DA IDEIA DE ESTADOS NACIONAIS SOBERANOS

Para melhor compreendermos esse contexto do século XXI dos Estados nacionais e sua soberania, analisaremos a formação dos Estados, ocorridas ao longo da história. As mudanças estruturais, de cunho político, encontradas na formação desses Estados têm sempre como objetivo repor um projeto dominante de uma minoria.

### 2.1 Soberania monárquica. O Estado “sou eu”

Temos no Estado Absolutista na França e Inglaterra no século XVI, o soberano, o rei, que possui um corpo místico e um corpo natural: o corpo natural, o agir e o pensar humano, e o outro, o corpo místico e político do rei, engendrado na ideia da verdade, legitimidade e perenidade<sup>5</sup>. O Estado “sou eu” é o corpo místico do monarca, mas, também, o corpo político. “*Os Dois Corpos do Rei*” surge na teologia política medieval, e ganha força no absolutismo, entretanto, é alvo de questionamento a partir do início do modernismo.

A doutrina dos “dois corpos do rei”, amplamente aceita na Inglaterra absolutista do século XVI, não surgiu da noite para o dia. Conceitos utilizados pelos teólogos da Idade Média para caracterizar a igreja ou o próprio Cristo foram sendo lentamente adaptados e transferidos da esfera religiosa para o campo da política e do direito. Kantorowicz (1998) reconstituiu a história dessa apropriação conceitual e proporciona um ângulo para observar o declínio da Idade Média e surgimento do mundo moderno.

Para Eric Santner (1995, p.3), a reflexão sobre a transição da “soberania real” para a soberania popular e os diferentes fundamentos das questões políticas, sociais e existenciais surge no ensaio de Claude Lefort que se chama “A Permanência do Teológico-Político?” (LEFORT, 1991). Nesse trabalho, como em qualquer outra intervenção no campo de questionamento sobre o assunto, cita o trabalho de Kantorowicz (1998) como fonte primária de referência.

Segundo Santner, Claude Lefort deixa bastante claro que a principal preocupação é precisamente diferenciar o que a ciência política tipicamente caracteriza como seu objeto de estudo. Lefort coloca, ainda mais duramente, sugerindo que redução do apagar de ambas as questões da soberania e o seu significado da instituição é sempre vinculada com a questão definitiva de legitimidade do qual a mesma existe (SANTNER, 1995, p. 4).

A questão que temos aqui é o autoritário modo de “como as coisas são feitas” como

---

<sup>5</sup>Para Ernest Kantorowicz, em “*Os Dois Corpos do Rei*” (1998), o rei não tem apenas um corpo. Além do corpo natural, essencialmente igual ao de qualquer pessoa, ele possui um corpo místico. Seu corpo natural está sujeito às imperfeições de nascimento ou adquiridas; seu corpo místico é perfeito e imortal.

também o próprio senso de “legitimidade existencial” de que uma pessoa tem um lugar no mundo que o autoriza a apreciar as palavras e ações dos outros. Aqui, há uma aceitação por parte das pessoas que as leva a consentirem com isso ou a aceitarem, caso sejam forçadas. É essa legitimação que garante a esse regime ou modo social sua permanência no tempo (SANTNER, 1995, p. 5).

“*Os Dois Corpos do Rei*” converteu-se gradualmente, como sugere o subtítulo, em um “Estudo sobre teologia política medieval”, que pode ser considerado como uma tentativa de compreender por quais meios e métodos certos axiomas de uma teologia política que, *mutatis mutantis*, continuaria em vigor até o século XX, começaram a ser desenvolvidos durante a Baixa Idade Média (KANTOROWICZ, 1998, p.8). Kantorowicz tem razão ao dizer que os meios e métodos continuariam em vigor até os dias atuais (KANTOROWICZ, 1998, Introdução).

Em pleno século XXI vimos, no Brasil, em 2016, o presidente do Senado Renan Calheiros, que é réu em um processo penal grave por uma decisão do Superior Tribunal Federal, como incapaz de assumir a função de Presidente da República na linha sucessória. E logo após, de forma contraditória, o STF, que já tinha decidido, no caso do Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, afastá-lo por não poder ser réu e estar na linha sucessória, mantém o Senador Renan Calheiros na Presidência do Senado.

Para Wladimir Safatle<sup>6</sup> se alguém ainda tinha ilusões a respeito de o Brasil continuar como uma república, a permanência de Renan Calheiros no Senado serviu para dirimir as últimas dúvidas. Ela termina com a reedição da antiga teoria medieval dos dois corpos do rei.

Wladimir Safatle afirma que:

Um dos maiores historiadores do século 20, Ernst Kantorowicz ficou célebre por seus estudos sobre a especificidade da incorporação do poder na Idade Média. Suas formulações apontavam, presente tanto no direito quanto nas representações políticas, para um duplo corpo do rei: o rei tem, ao mesmo tempo, um corpo mortal, corruptível, e outro imortal, incorruptível, sublime, que desconhece tempo. Em algumas situações, lembrava Kantorowitz, chegou-se até a usar o corpo sublime contra o corpo perecível, julgando o rei em nome do rei.<sup>7</sup>

Suas formulações apontavam, presente tanto no direito quanto nas representações políticas, para um duplo corpo do rei: o rei tem, ao mesmo tempo, um corpo mortal, corruptível, e outro imortal, incorruptível, sublime, que desconhece tempo.

Wladimir Safatle afirma que o que não sabíamos é que Renan Calheiros também tem dois corpos. Um é réu em processo penal, por isso é corpo de suspeito de crime grave, o que o coloca como incapaz de assumir a função máxima de Presidente da República. O outro é um corpo sublime, que não traz as máculas e as suspeitas do primeiro corpo e que, por isso, pode ocupar a

---

<sup>6</sup>Filósofo e professor da Universidade de São Paulo.

<sup>7</sup>Coluna publicada na Folha de São Paulo, 9 de dezembro de 2016.

Presidência do Senado.

Carlo Ginzburg, afirma que para Hobbes o poder político pressupõe a força, mas a força por si só não basta. O Estado, o “deus mortal” gerado pelo medo, incute terror; um sentimento no qual se misturam de maneira inexplicável medo e sujeição. Para se apresentar como autoridade legítima, o Estado precisa dos instrumentos (das armas) da religião. Por isso a reflexão moderna sobre o Estado gira em torno da teologia política: uma tradição inaugurada por Hobbes (GINZBURG, 2014,p.18).

Para Hobbes, o Estado surge de um pacto nascido do medo. Por isso, para conseguir que o pacto seja duradouro, é necessário um poder comum, a fim de mantê-los num estado de sujeição. Portanto, seja no caso da origem da religião, seja no da origem do Estado, encontramos no início o medo e no fim como resultado a sujeição ou reverência. O poder do Estado não se apoia somente na força, mas na sujeição. O medo dos deuses e as leis humanas já não representam um freio. Para se apresentar como autoridade legítima, o Estado precisa dos instrumentos (das armas) da religião. Por isso, a reflexão moderna sobre o Estado, gira em torno da teologia política. Vivemos num mundo em que os Estados ameaçam com terror (KANTOROWICZ, 1998, Capítulo 2, “Arte, Política e Religião”).

Em “Os elementos da lei” encontramos uma descrição sintética do Estado da natureza, ligada a uma argumentação que Hobbes nunca abandonaria. Em tal Estado, os homens são substancialmente iguais e têm os mesmos direitos (entre os quais o de ofender e se defender): por isso vivem numa condição de guerra perene, de “desconfiança geral”, de “medo recíproco”. Eles saem dessa situação intolerável renunciando a uma parte de seus próprios direitos: um pacto que transforma uma multidão amorfa num corpo político. Nasce assim o Estado, aquele que Hobbes chamará de Leviatã: um nome que no livro de Jó<sup>8</sup> designa uma baleia, um gigantesco animal marinho que ninguém consegue fisgar com um anzol (GINZBURG, 2014: 9).

A república nascida da derrubada da monarquia de direito divino procurava uma legitimidade suplementar invadindo a esfera do sagrado, historicamente monopolizada pela religião na Europa.

A soberania na democracia burguesa envolve um pacto. No absolutismo o pacto com a igreja; no presidencialismo das Américas o pacto com o modelo imperial e napoleônico. Um pacto que transforma uma multidão amorfa num campo político. Um rebanho obediente.

---

<sup>8</sup>O livro de Jó é considerado o livro mais antigo da Bíblia, mais até que o livro de Gênesis. A edição pastoral da Bíblia sustenta que o livro provavelmente foi redigido, em sua maior parte, durante o século VI a. C.



### 3. ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O Golpe de Estado na França que levou Napoleão ao poder com a substituição do absolutismo pela democracia burguesa se dá em diferentes países com os processos revolucionários: Revolução na Inglaterra, em 1688; Independência Americana, em 1776; Revolução Francesa, em 1789.

O Estado pré-capitalista era inadequado para o desenvolvimento capitalista da manufatura. A burguesia se consolida no poder. As revoluções burguesas propõem a desincorporação do poder e a unificação do social na ideia de Estado e de Nação.

Na revolução francesa a classe capitalista domina, mas não governa. Ela se contenta em dar ordem para o governo. Tal abstração é provida pelo Estado moderno, através de estruturas como parlamento, polícia e burocracia. Para unificar o social o principal instrumento é ideológico: a ideia de nação (KANTOROWICZ, 1998, p. 9).

Eric Santner (1995) propõe uma soberania revolucionária. Não exclusivamente nacional: soberania com sua família, soberania da mulher<sup>9</sup>, a marcha das vadias, soberania LGBT, soberania de seu corpo, revolução sexual na França, em 1968. Seja pela luta de classes, seja pelas frestas do poder. A soberania não ficaria restrita somente ao Estado Nacional. A soberania a partir dos argumentos do Eric Santner se refere acerca da ciência da carne (*science of flesh*), das entranhas, dos nervos. A soberania ultrapassa a forma metafísica entre a pele e o osso.

A soberania também vista de sua forma micro é o encaminhamento dado por Michel Foucault (2008), que é a problemática do biopoder e nas relações de poder nos jogos da soberania. As pressões biopolíticas compõem a esfera vital, no campo dos nervos, forçam a atuação de uma soberania popular. Em direção à soberania popular é possível uma ciência da carne, ciência não para curar, que pode ser dada na esfera dos nervos, das emoções, da sensibilidade, identificação do desejo, dizer não, e dizer sim, na sua autonomia.

Eric Santner e Michel Foucault afirmam a importância da estética nos jogos das soberanias; altivez, autonomia, desejo, imaginário, sensibilidade da arte, na metáfora “fazer das tripas o coração” desenvolvendo a construção do nosso olhar. Dessa forma, vimos que as emoções estão presentes na política e que a cultura, a sensibilidade na arte, mostram a importância da estética nos jogos em direção à soberania popular.

Eric Santner (1997) diz que o nazismo foi a expressão da modernidade. Ele não teria sido a expressão de uma barbárie irracional, mas produto legítimo da busca pela perfeição e harmonia. O

---

<sup>9</sup>A “marcha das mulheres” contra Trump e pela igualdade de gênero foi o maior ato, em um dia de protesto, da história norte-americana. Pode-se afirmar que entre 3,3 e 4,6 milhões de nortes americanos saíram às ruas.

nazismo levou às últimas consequências a crença da solução final de todos os problemas pela ciência. O holocausto é um subproduto do impulso moderno em direção a um mundo totalmente planejado e controlado. Suas ambições chocam-se com o pluralismo do mundo.

Como aponta Zizek:

Como podemos encontrar um caminho nessa situação confusa. Na década de trinta, Hitler apresentou o antissemitismo como uma explicação dos problemas vividos pelos alemães: desemprego, decadência moral, descontentamento social. Por trás disso tudo estariam os judeus, isto é, a evocação da “conspiração judaica” deixa tudo muito claro, porque provoca um simples “mapeamento cognitivo”. O ódio que se tem hoje contra o multiculturalismo e a ameaça imigrante não funciona de maneira semelhante? Coisas estranhas estão acontecendo, há colapsos financeiros afetando nossa vida, mas são vivenciados como algo totalmente obscuro – e a rejeição do multiculturalismo introduz uma falsa clareza na situação: são os intrusos estrangeiros que estão perturbando nosso modo de viver, apegar-se a identidade étnica serve como escudo contra o traumático fato de estarmos presos no redemoinho da abstração financeira não transparente (ZIZEK, 2012, p.42).

A economia já não representa mais somente a alma da sociedade, porém, é um dos seus muitos componentes, e modificável, como os outros. Os primeiros a sustentar essa ideia foram os pensadores da Escola de Frankfurt<sup>10</sup>, a quem devemos a semente de uma mudança importante, a saber: a visão de que a cultura, até então considerada superestrutural e, portanto, dependente da economia, poderia influenciar e mesmo determinar as escolhas de política econômica; uma cultura tão forte que por si mesma poderia se tornar uma estrutura numa sociedade livre da dominação capitalista.

Afirma Carlo Bordoni:

O que os sociólogos de Frankfurt perceberam após a Segunda Guerra Mundial, na sequência de um iluminismo renovado que sucedeu ao obscurantismo nazifascista, teve que ser confirmado por inovações posteriores, resultantes da “revolução cultural” de 1968, quando o insight de Sartre desempenhou um papel crucial no caminho do poder da imaginação, aberto por Adorno e Horkheimer<sup>11</sup>. A revelação plena da capacidade humana de pensar, sonhar e imaginar seu próprio destino de romper o molde do passado (BAUMAN e BORDONI, 2016, p. 136).

O componente fortemente utópico dessa suposição parece ter se confirmado pelas tendências observadas na sociedade dos anos 1970 e 1980, o que aconteceu depois dessa fase eufórica, que coincidiu em parte com o fim da modernidade. Nessa fase, depois da década de 80 nos deu a ilusão de viver num mundo livre de necessidades, livre de ideologias, aberto às promessas de consumismo ilimitado, de um espetáculo deslumbrante e de exaltação da individualidade, em troca

---

<sup>10</sup>Reuniu em torno de si um círculo de filósofos e cientistas sociais marxista, que se uniram no fim da década de 20. Estes intelectuais cultivavam a conhecida “Teoria crítica da sociedade”. Seus principais integrantes eram Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Erich Fromm, Jürgen Habermas, entre outros. Esta corrente foi a responsável pela disseminação de expressões como “indústria cultural” e “cultura de massa”.

<sup>11</sup>Filósofos e cientistas sociais marxista, que se uniram no fim da década de 20. Estes intelectuais cultivavam a conhecida Teoria Crítica da Sociedade.

da insegurança no trabalho, da incerteza e da solidão.

O sistema capitalista não é mais capaz de crescer de modo civilizatório. Temos, na sociedade atual, o consumismo, prazer e gozo. Só que temos, na verdade, o antegoço; a coca cola *diet*, café descafeinado, sexo saudável. Essa representação de democracia burguesa, soberania nacional, está com os seus dias contados. Temos, hoje, crises de representação do poder. As crenças políticas se esgotaram. Falências dos partidos políticos. Rompe-se com as certezas. Conceito de soberania política se desfaz (ZIZEK, 2012).

Em 2011, foi o ano em que sonhamos perigosamente, em duas direções: houve sonhos de emancipação, que mobilizaram manifestantes em Nova York, em Londres e Atenas, e houve sonhos destrutivos e obscuros, que serviram de impulso para os populistas racistas de toda a Europa, da Holanda à Hungria (ZIZEK, 2012, p. 12).

Afirma Zizek:

A boa e velha noção marxista-hegeliana da totalidade ganha todo o seu sentido aqui: é crucial apreender a crise econômica em sua totalidade e não nos perdermos em seus aspectos parciais. O primeiro passo rumo a essa totalidade é nos concentrarmos naqueles momentos singulares que se projetam como sintomas da situação econômica presente: por exemplo, todo mundo sabe que o “pacote de ajuda” à Grécia não vai funcionar, mas, ainda assim, novos pacotes são repetidamente impostos ao país, num estranho exemplo da lógica “eu sei, mas...” Há duas visões principais a respeito da crise da Grécia na mídia pública: a visão germânico-europeia (os gregos são irresponsáveis e preguiçosos, gastam sem pensar e esquivam-se dos impostos, precisam ser controlados e disciplinados financeiramente) e a visão grega (a soberania nacional é ameaçada pela tecnocracia neoliberal de Bruxelas) (ZIZEK, 2012, p. 24).

Essa globalização que vivemos nos dias de hoje é o auge de um processo iniciado há mais de 500 anos com a conquista da América, o desenvolvimento do sistema capitalista e a formação de um novo padrão de poder mundial centrado na Europa. Nesse processo, a América foi o ato constitutivo, o ponto de partida e condição de possibilidade para formação do que viria a ser o sistema-mundo moderno, um novo padrão de poder com vocação mundial (QUIJANO, 2005).

É nesse cenário de grandes mudanças no século XVI que são lançadas as bases da formação do sistema mundial moderno. Os circuitos comerciais de todas as regiões do planeta estão, pela primeira vez, conectados e uma nova concepção global do mundo passa a ser disponível. Um novo padrão de poder mundial começa a se constituir centrado na Europa e não mais na China (PORTO-GONÇALVES, 2003).

A denominação de Ocidente e Oriente em Gramsci não são meramente geográficas, respondendo por uma distinção mais ampla entre formações sociais em que o capitalismo desenvolveu primeiramente.

Escreve Zizek:

Segundo Hegel, a repetição tem um papel preciso na história: quando algo acontece uma única vez, pode ser desconsiderado como mero acidente, como algo que poderia ser evitado se houvesse um melhor tratamento da situação: mas quando o mesmo evento se repete, é sinal de que estamos lidando com uma necessidade histórica mais profunda. Quando Napoleão sofreu sua primeira derrota, em 1803, pareceu que ele teve apenas um momento ruim: quando sofreu a segunda, em Waterloo, ficou claro que seu tempo havia acabado. O mesmo não vale para a crise financeira? Quando ela atingiu o mercado financeiro pela primeira vez, em 2008, pareceu um acidente que deveria ser corrigido por meio de regulações melhores etc.: agora que os sinais de um novo colapso financeiro começam a ganhar força, está claro que estamos lidando com uma necessidade estrutural (ZIZEK, 2012, p. 42).

Nesse sentido, Badiou estava certo em sua afirmação: “Hoje o inimigo não se chama império ou capital. O nome dele é democracia” (BADIOU, 2002, p. 12). É a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como o maior arcabouço de qualquer mudança que impede a mudança radical das relações capitalistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do século XXI mudou. Ela teve de se adaptar aos tempos e suportar o peso da crise da modernidade. O capitalismo também se desmaterializou; libertou-se de grandes investimentos, de grandes projetos industriais que envolviam compromisso de longo prazo, e voltou-se para os mercados financeiros, que estão em um lugar virtual, que não tem localização geográfica, mas se move livremente nos altos níveis, acima de territórios, suscetível a toda e quaisquer mudanças.

As grandes corporações passam a ter o papel importante nas políticas públicas, tanto na possibilidade de gerar riquezas, quanto na possibilidade de se estabelecerem em locais regionais e privilegiados na cultura local para acumulação capitalista. Em uma economia globalizada, muitas vantagens competitivas dependem de fatores da localidade e da cultura.

A liquidação de capitais investidos na indústria e sua transferência para o império das finanças supranacionais é um fenômeno recente, mas que já está bem estabelecido e com fidedignidade comprovada.

Hoje nós falamos como o conceito de democracia tivesse viajado todo um trajeto, no ápice do qual havia uma condição ótima de liberdade, a qual em seguida começou a decair. Na realidade, nunca houve uma era de ouro da democracia. As aspirações, os mais importantes sistemas teóricos e as melhores intenções não foram exatamente postos em prática. A própria ideia de democracia é vaga e flutuante, às vezes indefinível em sua complexidade.

Temos o axioma seguido pela maioria dos “especialistas” e políticos de hoje: somos informados de que vivemos numa época crítica de *deficit* e dívidas, um momento que todos temos de dividir o fardo e aceitar um padrão de vida mais baixo, todos exceto os muito ricos. A ideia de

aumentar os impostos deles é um tabu absoluto. A ideia predominante sobre a crise financeira pelos empréstimos e pelos gastos excessivos do Estado diverge nitidamente do fato de que a causa decisiva foi que, para evitar a falência dos bancos, o Estado precisou intervir com quantidades gigantescas de dinheiro do contribuinte.

A dificuldade de formular um programa concreto tem razões profundas. Os manifestantes atuais chamam atenção para dois pontos principais. Primeiro, as consequências sociais destrutivas do sistema capitalista: centenas de bilhões foram perdidos em especulações financeiras sem controle. Segundo, a globalização econômica está pouco a pouco, porém inexoravelmente, solapando a legitimidade das democracias ocidentais. Por causa de seu caráter internacional, processos econômicos amplos não podem ser controlados pelos mecanismos democráticos que, por definição, limitam-se aos Estados-nação ou Estados com sua soberania territorial.

Nos Estados com democracia burguesa representativa, estamos nos jogos finais da soberania? Todos os principais termos que usamos para designar o conflito atual - “guerra ao terror”, “democracia e liberdade”, “ajuda humanitária”, “direitos humanos” etc. são temas *falsos*, que mistificam nossa percepção da situação, em vez de permitirem que pensemos nela.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Unesp, 1996.

BADIOU, Alain. Prefazione all’edizione italiana In: **Metapolítica**. Nápoles: Cronopio, 2002.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

EL PAÍS BRASIL. **Marcha das Mulheres contra Trump**: 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994\\_849896.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994_849896.html). Acesso em: 03 abr. 2018.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**, Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. (Maquiavel - Notas sobre o estado e a política - v.3)

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996 (Parte II).

KANTOROWICZ, Ernest. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. [s.l.]: Vitória, 1945.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução**. [s.l.]: Vitória, 1946.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Ed.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 (v. I e II).

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro 4. Teorias da mais-valia, história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (v. I).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: **Polis Revista latinoamericana**, v.11, n.31, 2017.

\_\_\_\_\_. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (O Seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

QUIJANO, Aníbal, El Trabajo. **Argumentos**, México, D.F., v. 26, n. 72, p. 145-163, may-ago. 2013.

SAFATLE, Wladimir. Renan Calheiros fica no Senado por decisão da junta financeira governante. **Folha de São Paulo**, 9 dez. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/12/1839609-renan-calheiros-fica-no-senado-por-decisao-da-junta-financeira-governante.shtml>. Acesso: 16 dez. 2016.

SANTNER, Eric. **The royal remains**: the people's two bodies and the endgames of sovereignty. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Alemanha de Schreber**: uma história secreta da modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas, v. 1. Florianópolis: Insular, 2015 (Série: obras escolhidas).

WALLERSTEIN, Imanuel. **Histórias e dilemas de los movimientos antisistêmicos**. Mexico: Desde Abajo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

#### **AUTOR:**

**Rose Menchise**

Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

**E-mail:** [rosemenchise@gmail.com](mailto:rosemenchise@gmail.com)

**Diogo Menchise Ferreira**

Doutorando em Direito, Inovações e Negócios pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

**E-mail:** [diogomenchise@gmail.com](mailto:diogomenchise@gmail.com)

---

Recebido em 09/02/2020

Aceito em 21/03/2020